

Veículo: Jornal Folha de S.Paulo

Editoria: Economia

Tipo notícia: Artigo

Página: A19

Data de publicação: 14/10/2026

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

Categorias: Suframa

Valoração: R\$ 89.077,80

FIEAM SESI SENAI IEL

Flávio e o aumento de imposto

Programa de contenção de despesa de candidato exigiria ainda corte de gasto tributário Vinícius Torres FreireJornalista, foi secretário de Redação da Folha. E mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)Existem em tese meios de fazer com que o plano de Flá-vio Bolsonaro (PL) para as contas públicas faça algum sentido. Tais medidas exigem, na prática, um aumento de imposto, além de programa técnica e politicamente complexo, mas essencial, de revisão geral de despesas.Pelo menos na parte que vazou, o plano não faz sentido. Sem golpe, não é possível conter o aumento do gasto em RS 200 bilhões em um ano, mesmo que o candidato cometa estelionato eleitoral e mexa no reajuste do salário mínimo, no valor dos benefícios sociais e em gastos com saúde e educação, o que promete não fazer. Com estelionato eleitoral moderado, competência técnica e apoio político, seria possível executar esse plano de contenção de gastos em alguns anos.O plano fiscal de qualquer governo será mais crível caso inclua um tipo de corte de gastos que na prática não é corte. Tra-ta-se da redução do que no jargão de finanças públicas se chama de "gasto tributário" (GT).Os GTs são reduções de impostos para certas pessoas, empresas, instituições, produtos e atividades. O objetivo do GT é incentivar certas atividades econômicas e regiões ou proteger populações mais frágeis. Diminuir o GT quer dizer aumentar o imposto de quem tem esse tratamento tributário privilegiado, previsto em lei.Para este 2026, o Orçamento previa GT de R\$ 613 bilhões, a preços do ano passado. Essa conta é controversa, mas passemos. Sob Lula 3, o governo "descobriu" o tamanho do GT. A propaganda de governistas passou então a dizer que não seria preciso fazer "cortes sociais", pois o governo daria mais de RS 600 bilhões para "ricos".Boa parte desse benefício vai mesmo para o quarto mais rico da população, por aí. Além de injustiças tributárias, o GT causa ineficiências econômicas. De resto, abre-se mão de receita sem que se resolvam problemas —não há avaliação consequente do GT.A parte maior do dinheiro vai para o Simples, sistema de tributação criado para facilitar a vida de pequenas e médias empresas. Diminui a tributação de muito profissional dito liberal ou pe-jotizado de alta renda. Fica com uns RS 134 bilhões do GT, 22% do total. O abatimento do Imposto de Renda com gastos em saúde e educação privadas fica com quase 7%, uns R\$ 42 bilhões. Isenção de imposto para títulos do agro e do setor imobiliário (financiamento barateado) leva uns R\$ 26 bilhões, mais de 4% (por baixo). Apenas aí já temos um terço do total, que vai para o eleitorado em que Flávio Bolsonaro é majoritário.Um grande GT vai para a Zona Franca de Manaus (ZFM), uns RS 36 bilhões. É redução de imposto para empresas produzirem de modo ineficiente na ZFM, o que em tese desenvolveria a região. É problema em si difícil de resolver e politicamente intransponível. Há ainda benefícios que deveriam incentivar empresas a fazer mais pesquisa tecnológica e investimento. Em tese.Há GT "social". Uns R\$ 49 bilhões, 8% do total, vão para o Imposto de Renda de aposentados com mais de 65 anos ou inativos por doença grave ou acidente. A desoneração da cesta básica leva RS 45 bilhões, quase 7,4% (beneficia também ricos). A lista básica de tipos de GT tem centena e meia de itens. Inclui

MEIs, ProU-ni, planos de saúde, rendimento da poupança, remédios e equipamento médico, filantrópicas, indenização das demissões, alimentação do trabalhador, ciência, cultura, pessoas com deficiência etc. Um Bolsonaro 2 vai bulir com o quarto mais rico da população, empresas, ZFM etc.? vinicius.torres@grupofolha.com.br Gasto tributário é redução de imposto para incentivar ou proteger certas pessoas, instituições e empresas. Reduzi-lo quer dizer aumentar o imposto de quem tem esse tratamento privilegiado

Flávio e o aumento de imposto

Programa de contenção de despesa de candidato exigiria ainda corte de gasto tributário

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Existem em tese meios de fazer com que o plano de Flávio Bolsonaro (PL) para as contas públicas faça algum sentido. Tais medidas exigem, na prática, um aumento de imposto, além de programa técnica e politicamente complexo, mas essencial, de revisão geral de despesas.

Pelo menos na parte que vazou, o plano não faz sentido. Sem golpe, não é possível conter o aumento do gasto em R\$ 200 bilhões em um ano, mesmo que o candidato cometa estelionato eleitoral e mexa no reajuste do salário mínimo, no valor dos benefícios sociais e em gastos com saúde e educação, o que promete não fazer. Com estelionato eleitoral moderado, competência técnica e apoio político, seria possível executar esse plano de contenção de gastos em alguns anos. O plano fiscal de qualquer governo será mais crível caso in-

clua um tipo de corte de gastos que na prática não é corte. Trata-se da redução do que no jargão de finanças públicas se chama de "gasto tributário" (GT).

Os GTs são reduções de impostos para certas pessoas, empresas, instituições, produtos e atividades. O objetivo do GT é incentivar certas atividades econômicas e regiões ou proteger populações mais frágeis. Diminuir o GT quer dizer aumentar o imposto de quem tem esse tratamento tributário privilegiado, previsto em lei.

Para este 2026, o Orçamento previa GT de R\$ 613 bilhões, a preços do ano passado. Essa conta é controversa, mas passemos. Sob Lula 3, o governo "descobriu" o tamanho do GT. A propaganda de governistas passou então a dizer que não seria preciso fazer "cortes sociais", pois o governo daria mais de R\$ 600 bilhões para "ricos".

Boa parte desse benefício vai mesmo para o quarto mais rico da população, por aí. Além de injustiças tributárias, o GT causa ineficiências econômicas. De resto, abre-se mão de receita sem que se resolvam problemas — não há avaliação consequente do GT.

A parte maior do dinheiro vai para o Simples, sistema de tributação criado para facilitar a vida de pequenas e médias empresas. Diminui a tributação de muito profissional dito liberal ou pejetizado de alta renda. Fica com uns R\$ 134 bilhões do GT, 22% do total. O abatimento do Imposto de Renda com gastos em saúde e educação privadas fica com quase 7%, uns R\$ 42 bilhões. Isenção de imposto para títulos do agro e do setor imobiliário (financiamento barateado) leva uns R\$ 26 bilhões, mais de 4% (por baixo). Apenas aí já temos um terço do

Gasto tributário é redução de imposto para incentivar ou proteger certas pessoas, instituições e empresas. Reduzi-lo quer dizer aumentar o imposto de quem tem esse tratamento privilegiado

total, que vai para o eleitorado em que Flávio Bolsonaro é majoritário.

Um grande GT vai para a Zona Franca de Manaus (ZFM), uns R\$ 36 bilhões. É redução de imposto para empresas produzirem de modo ineficiente na ZFM, o que em tese desenvolveria a região. É problema em si difícil de resolver e politicamente intransponível. Há ainda benefícios que deveriam incentivar empresas a fazer mais pesquisa tecnológica e investimento. Em tese.

Há GT "social". Uns R\$ 49 bilhões, 8% do total, vão para o Imposto de Renda de aposentados com mais de 65 anos ou inativos por doença grave ou acidente. A desoneração da cesta básica leva R\$ 45 bilhões, quase 7,4% (beneficia também ricos). A lista básica de tipos de GT tem centena e meia de itens. Inclui MEIs, ProU-ni, planos de saúde, rendimento da poupança, remédios e equipamento médico, filantrópicas, indenização das demissões, alimentação do trabalhador, ciência, cultura, pessoas com deficiência etc.

Um Bolsonaro 2 vai bulir com o quarto mais rico da população, empresas, ZFM etc.?

vinicius.torres@grupofolha.com.br

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessoa, Vinicius Torres Freire, Roberto Campos Neto / Marcos Lisboa / Candido Bracher / Ana Paula Vescovi SEG. Marcos de Vasconcellos / Michael Viriato TER. Michael França / Cecilia Machado
QUA. Bernardo Guimarães / Jerson Kelman, Vinicius Torres Freire QUL. Solange Srouf, Vinicius Torres Freire SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire SÁB. Marcos Mendes / Laura Müller Machado

Impresso:

<https://amazonclipv2.s3.amazonaws.com/impressos/2026/10/14/Ny0xNC0xMC0yMDI2XzExOjI4.png>